

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

A presente Convenção Coletiva de Trabalho é celebrada com amparo no artigo 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal e de conformidade com as normas regradoras do instituto insertas no artigo 611 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho e promovida nos termos de artigo 840, do Código Civil Brasileiro, pelo que são revistas as condições econômicas e sociais estabelecidas em Convenção Coletiva de Trabalho anterior, mediante a adoção das seguintes cláusulas:

I – CONVENIENTES:

01. SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES DE GRAMADO, entidade sindical legalmente constituída e registrada no Ministério do Trabalho e Emprego, com registro Sindical sob o nº 46000.0154883/01-37 e inscrita no CNPJ sob o nº 90.615.162/0001-27, sediada à Avenida das Hortênsias, nº 2040, sala 18 A, na cidade de Gramado, RS, no ato representada por seu Presidente, Sr. Luiz Luzimar Correa Mirapalmete, brasileiro, solteiro, bacharel em direito, inscrito no CPF sob o nº 458.144.650-34, devidamente autorizado por Assembléia Geral Extraordinária convocada para tal fim, realizada em 25 de Setembro de 2008, e na forma da anexa documentação, assistido por sua advogada, Deisi Josana Krummenauer, brasileira, solteira, inscrita na OAB/RS sob o nº 53.560, e inscrita no CPF sob o nº 652.989.690-20, “ut” instrumento de procuração inclusa, ambos ao final assinados.

O conveniente aqui qualificado passará a ser designado simplesmente “**SINDICATO PROFISSIONAL**” e representará os adiante denominados “**EMPREGADOS**”.

02. SINDICATO DA HOTELARIA, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DA REGIÃO DAS HORTÊNSIAS, Entidade Sindical legalmente constituída e registrada no Ministério do Trabalho e Emprego, com registro sindical sob o nº 24400.006372/89-28, e inscrita no CNPJ sob o nº 90.615.337/0001-64, situada na cidade de Gramado, Estado do Rio Grande do Sul, à Av. das Hortênsias, nº 542, representada por seu Presidente, representada por seu

Presidente, Sr. Julio Manuel Cardoso, brasileiro, publicitário, divorciado, inscrito no CPF sob o nº 388.261.600-82, residente e domiciliado na cidade de Gramado,RS, devidamente autorizado por Assembléia Geral Extraordinária convocada para tal fim, realizada em 08 de outubro de 2008, e na forma da documentação anexa, assistido por sua Advogada, Janete Dambros, brasileira, divorciada, inscrita na OAB/RS sob o nº 27.041 e inscrita no CPF sob o nº 391.227.350-20 “ut” instrumento de procuração inclusa, ambos ao final assinados.

Este conveniente, a seguir, será denominado unicamente “**SINDICATO ECONÔMICO**” e representará as adiante designadas “**EMPRESAS**”

II – BASE TERRITORIAL:

A Convenção Coletiva do Trabalho ora estabelecida abrangerá a base territorial do Sindicato Profissional, que compreende o Município de Gramado, Estado do Rio Grande do Sul.

III – CATEGORIAS SINDICAIS ABRANGIDAS:

Serão aquelas representadas pelos Sindicatos Convenentes na base territorial acima definida.

IV – AUTORIZAÇÃO:

Os Sindicatos Convenentes, profissional e econômico, a teor da anexa documentação (editais e atas), foram autorizados expressamente a formalizar a presente convenção em seus termos.

V – VIGENCIA:

A eficácia das condições estabelecidas na presente Convenção Coletiva de Trabalho, por definição e condição também do clausulado, será de 12 (doze) meses, a contar de **01 de novembro de 2008 a 31 de outubro de 2009.**

VI – CONDIÇÕES:

01. VARIAÇÃO SALARIAL.

As empresas concederão a todos os seus empregados, admitidos até 01 de novembro de 2007 uma variação salarial, para efeito da revisão de dissídio coletivo, no percentual de **7,04% (sete vírgula zero quatro por cento)**, a incidir sobre os **salários resultantes do procedimento coletivo anterior.**

Os empregados admitidos após **01 de novembro de 2007 até 31 de outubro de 2008**, terão seus salários alterados pelo único critério da tabela de escalonamento abaixo, entendido para o efeito, exclusivamente, como mês completo a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de efetividade, contatos da data de admissão até a data da presente revisão (01 de novembro de 2008), percentuais incidentes sobre o salário de admissão.

TABELA DE PROPORCIONALIDADE

Admissão	Percentual	Admissão	Percentual
Novembro/07	7,04%	Mai/08	3,52%
Dezembro/07	6,45%	Junho/08	2,93%
Janeiro/08	5,87%	Julho/08	2,35%
Fevereiro/08	5,28%	Agosto/08	1,76%
Março/08	4,69%	Setembro/08	1,17%
Abril/08	4,11%	Outubro/08	0,59%

01.2. Em hipótese alguma, poderá o salário do empregado mais novo no emprego ultrapassar o salário do empregado mais antigo na empresa, em razão do resultado da variação proporcional supra. Da mesma forma não poderá o empregado que na data de sua admissão percebia salário igual ou inferior ao de outros, passar a perceber, por força do ora estabelecido salário superior ao daquele.

01.3. O salário dos empregados vinculados as empresas pertencentes ao sindicato econômico são legalmente considerados atualizados e compostos pela presente transação até a data base da categoria situada em 01 de novembro de 2008.

02. QUITAÇÃO DO PERÍODO REVISADO.

Com a concessão das variações mencionadas acima fica integralmente cumprida pelas empresas integrantes da categoria econômica toda legislação aplicável de 01 de novembro de 2007 a 31 de outubro de 2008, incluindo todos os diplomas legais pertinentes a política salarial do aludido período aplicável até o mês de novembro de 2008, ficando estipulado que o salário resultante da aplicação dos percentuais acima previstos (item 01 e subitens) formarão base para eventual procedimento coletivo futuro revisional.

03. COMPENSAÇÃO VARIAÇÕES PERÍODO REVISADO.

As variações até agora previstas serão praticadas até e/ou juntamente com a folha de pagamento do mês de novembro 2008 e quaisquer aumentos concedidos entre 1º de novembro de 2007 e 31 de outubro de 2008, poderão ser utilizados para compensação com os mesmos, de vez que os percentuais de aumento ora concedidos incorporam todos os aumentos salariais espontâneos, coercitivos, acordados ou abonados de 01 de novembro de 2007 a

31 de outubro de 2008, inclusive, zerando quaisquer índices inflacionários até 01 de novembro de 2008.

04. COMPENSAÇÃO VARIAÇÕES FUTURAS.

Os aumentos espontâneos ou coercitivos, praticados a partir de 1º de novembro de 2008 e na vigência da presente convenção poderão ser utilizados como antecipações e para compensação em procedimento coletivo, inclusive futuro, de natureza legal ou não, de efeito revisional ou ainda decorrente de política salarial.

05. SALÁRIO NORMATIVO.

Aos empregados abrangidos pelo presente acordo, com vigência a partir de 1º de novembro de 2008, fica assegurado os seguintes salários normativos:

05.1. Salário normativo de ingresso: no valor de **R\$ 415,00 (quatrocentos e quinze reais)** na vigência do **contrato de experiência**, que deverá no máximo ser de noventa (90) dias. Este valor formará base para eventual procedimento coletivo futuro de qualquer natureza;

05.2. Salário normativo mínimo: no valor de **R\$ 464,00 (Quatrocentos e sessenta e quatro reais)** para após o **término do contrato de experiência** para o período de **01.11.2008 à 31.01.2009**. Este valor formará base para eventual procedimento coletivo futuro de qualquer natureza.

05.3. Salário normativo mínimo: no valor de **R\$ 501,76 (Quinhentos e um reais e setenta e dois centavos)** para após o **término do contrato de experiência** para o período de **01.02.2009 à 31.10.2009**.

06. PROIBIÇÃO DE VINCULAÇÃO DO SALÁRIO NORMATIVO.

O Salário normativo, tanto o de ingresso como o mínimo, não será considerado salário profissional ou substitutivo do salário mínimo legal para qualquer efeito.

07. TAXA DE SERVIÇO.

As empresas que cobrarem de seus clientes, taxa de serviço sobre o valor das despesas, deverão repassar os valores efetivamente recebidos aos seus empregados. Do valor cobrado as empresas poderão descontar o percentual relativo aos encargos sociais incidentes, devendo o saldo remanescente ser rateado entre os empregados. Ficam as empresas obrigadas a efetuar acordo coletivo de Trabalho com o Sindicato Profissional, a fim de instituir a forma de rateio do referido valor.

07.1. A empresa que descumprir com as determinações acima estabelecidas estará sujeita a notificação, com prazo de 60 (sessenta) dias para regularização, sem qualquer ônus. Caso a empresa notificada não atenda a notificação no prazo avençado estará sujeita a aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor arrecadado.

07.2. Eventuais gorjetas espontâneas concedidas por liberalidade do cliente, sem cobrança compulsória da empresa, ficam excluídas do rateio acima estipulado, não ensejando incidência de qualquer natureza.

08. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO – QUINQUÊNIO.

As empresas concederão aos seus empregados, um adicional no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o salário base mensal, a título de adicional por tempo de serviço, por quinquênio de trabalho prestado pelo empregado ao mesmo empregador.

09. INTERVALO ENTRE TURNOS – DURAÇÃO.

O intervalo entre um turno e outro durante a mesma jornada deverá respeitar o mínimo de 1 (uma) hora, com a faculdade de ser prorrogado nas seguintes condições:

09.1. até o máximo de 04 (quatro) horas, sem a necessidade de acordo individual com o empregado;

09.2. acima de 04 (quatro) horas, com a necessidade de acordo individual entre o empregado e a empresa.

10. RODÍZIO SEMANAL.

As empresas poderão promover rodízio semanal de turnos de trabalho nos horários de seus empregados, respeitada a carga horária semanal contratada e as disposições constantes do item 09 (zero nove).

11. EMPREGADO SUBSTITUTO.

Admitido empregado para a função de outro dispensado sem justa causa, será garantido aquele, o menor salário na função, excluídas as vantagens pessoais.

12. RECIBOS DE PAGAMENTO.

As empresas deverão fornecer a todos os seus empregados cópias dos recibos de pagamentos por estes assinados, em papel timbrado ou com identificação da empresa, com discriminação das quantias pagas, descontos efetuados e importâncias recolhidas ao FGTS.

13. COMUNICAÇÃO DE FALTA DE GRAVE.

As empresas que demitirem empregados por justa causa deverão fornecer, ao mesmo, comunicação por escrito da falta grave cometida, sob pena de considerar-se injusta a despedida.

14. AVISO PRÉVIO – DISPENSA DE CUMPRIMENTO.

O empregado despedido sem justa causa, quando obtiver novo emprego, fica desobrigado de cumprir o restante do período de aviso prévio, sem prejuízo do salário correspondente aos dias trabalhados e demais direitos rescisórios.

15. DOMINGOS E FERIADOS – ADICIONAL.

15.1. Em decorrência da sazonalidade turística da região abrangida por essa categoria econômica considera-se domingos como dia útil para fins de trabalho pela categoria profissional.

15.2. Ainda que domingo seja dia útil, as empresas deverão conceder aos seus empregados folgas em domingos, com a aplicação da Portaria nº 417/66, com redação dada pela Portaria nº 509/67, que estabelece: "***pelo menos em um período máximo de sete semanas, cada empregado usufrua pelo menos um domingo de folga.***" Assim a cada seis domingos trabalhados o sétimo deverá cair necessariamente na folga semanal, sob pena de pagamento das horas trabalhadas nesses dias com adicional de 100%.

15.3 O trabalho prestado em feriados, inclusive quando recair em domingos, quando não compensado por outro dia de folga, será remunerado com adicional de 100% (cem por cento) sobre a hora normal, sem prejuízo da remuneração do repouso semanal .

16. CTPS – ANOTAÇÕES.

As empresas, não poderão anotar na Carteira de Trabalho de seus empregados os dias de ausência ao trabalho por doença, ou os respectivos atestados médicos, salvo disposição legal.

17. ATESTADOS MÉDICOS.

As empresas apenas reconhecerão como válidos os atestados médicos e odontológicos que sejam ratificados e visados por médicos das respectivas empresas, exceção feita aqueles fornecidos por profissionais que prestem assistência ao Sindicato Profissional, mesmo que tais serviços sejam prestados através de convênios com a Previdência Social.

18. HORAS EXTRAS – ADICIONAL.

O serviço extraordinário será remunerado com adicional de 50% (cinquenta por cento) para as duas primeiras horas extraordinárias diárias e com o adicional de 100% (cem por cento) para as demais, ressalvada a possibilidade de compensação extraordinária da jornada de trabalho (cláusula 35).

19. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA.

As empresas ficam obrigadas a fornecer os equipamentos de proteção e segurança aprovados pelo órgão competente do Ministério do Trabalho aos seus empregados, de acordo com a lei vigente, ficando aqueles obrigados ao uso efetivo do EPI. Fornecerão, ainda, gratuitamente a seus empregados, uniformes e seus acessórios quando exigidos seu uso obrigatório em serviço.

20. EPI'S E UNIFORMES – USO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO.

Os empregados obrigam-se ao uso, manutenção e limpeza adequada dos equipamentos e uniformes que receberem, e a indenizar as empresas por extravio ou dano.

21. DESCONTO EM FAVOR DO SINDICATO PROFISSIONAL PARA CUSTEIO DAS DESPESAS DO PROCEDIMENTO COLETIVO, MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA SINDICAL E CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL.

As empresas descontarão mensalmente, de cada empregado, associado ou não, beneficiado ou não pela presente convenção, e que faça parte de seu quadro, em 01 de novembro de 2007, por conta e risco do Sindicato Profissional e deliberação da Assembléia do mesmo, o valor estabelecido conforme tabela abaixo:

SALÁRIO MENSAL	DESCONTO MENSAL
De R\$ 415,00 a R\$ 528,00	R\$ 13,73
Acima de R\$ 528,00	R\$ 15,85

21.1. As referidas importâncias deverão ser recolhidas em guia especial ao Sindicato Profissional, no prazo de 10 (dez) dias após o desconto. A guia de recolhimento deverá estar acompanhada obrigatoriamente de uma relação nominal, na qual conste o nome do empregado, a data de admissão, salário base, salário reajustado e a importância descontada de cada empregado.

21.2. O desconto e o não recolhimento das importâncias antes referidas, nas datas aprazadas acarretará às empresas uma multa de 2% (dois por cento) ao mês, juros de 1% (um por cento) ao mês, além da incidência de correção monetária.

22. CONTRIBUIÇÃO EM FAVOR DO SINDICATO ECONÔMICO PARA CUSTEIO DE DESPESAS DO PROCEDIMENTO COLETIVO.

As empresas representadas pelo Sindicato da Hotelaria, Restaurantes, Bares e Similares da Região das Hortênsias recolherão aos cofres o valor de **R\$ 16,84 (dezesseis reais e oitenta e quatro centavos)** por empregado, sendo limitado o valor mínimo de contribuição total por empresa a **150,00 (cento e cinquenta reais)** e o valor máximo de **R\$ 3.077,40 (três mil, setenta e sete reais e quarenta centavos)**, que serão pagos da seguinte forma:

a) Em uma única parcela no valor de **R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais)** para aquelas empresas que pagarem o valor mínimo de contribuição, que deverá ser pago até o dia **30.12.2008**;

b) Para aquelas empresas que pagarem valor superior ao mínimo, poderão pagar em duas parcelas iguais, respectivamente nos dias **30.12.2008** e **30.07.2009**.

22.2. O valor mínimo é devido também pelas empresas que não possuem funcionários;

22.3. O não recolhimento nos prazos previstos importará em multa de 2% (dois por cento) acrescida de juros de 1% (um por cento) e correção monetária, bem como a respectiva cobrança judicial dos valores, com a incidência dos ônus relativos as custas judiciais e honorários advocatícios, fixados em 20% sobre o valor da dívida.

23. COMPROVANTE DE QUITAÇÃO.

As empresas, bem como os empregados ficam obrigados a apresentar, no momento das homologações das rescisões de contrato, comprovantes de quitação das respectivas contribuições de custeio dos procedimentos coletivos dos últimos 5 (cinco) anos, sob pena de não ser realizada a homologação, sem prejuízo das demais cominações estabelecidas nesta convenção.

24. HOMOLOGAÇÃO RESCISÃO DE CONTRATO.

A rescisão do contrato de trabalho, firmada por empregado com mais de 6 (seis) meses de serviço, só será válida quando realizada com a assistência do respectivo sindicato.

25. AUXÍLIO FUNERAL.

As empresas pagarão aos dependentes legais de empregados que venham a falecer na vigência desta Convenção, vítima de acidente de

trabalho, um auxílio funeral em valor equivalente a 01 salário normativo da categoria, previsto do item 05.2. (cinco zero dois).

25.1. As empresas que mantenham seguro de vida para seus empregados em valor igual ou superior ao do auxílio estipulado nesta cláusula, ficam dispensados do seu pagamento, correndo por sua conta, porém, o pagamento do pecúlio mínimo ou seu prêmio.

26. AJUDA DE CUSTO PARA MATERIAL ESCOLAR.

As empresas pagarão a seus empregados estudantes ou a (um) filho cursando o 1º grau até o final do mês de fevereiro de 2009, uma ajuda de custo para material escolar de **R\$ 48,29 (quarenta e oito reais e vinte e nove centavos)** mediante comprovação de compra de material escolar pelo beneficiário, devendo o mesmo beneficiário comprovar a freqüência de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) no ano letivo anterior e a matrícula do ano letivo em curso, sem que tal ajuda integre para qualquer fim o salário do empregado beneficiado, limitando-se sempre a um benefício por empregado, nos termos da previsão do disposto na alínea “t” do inciso “5”, do parágrafo 9º, do art. 28, da Lei 9528, de 10 de dezembro de 1997, e dentro do permissivo do art. 7º, da Constituição federal de 1988.

27. QUADRO DE AVISOS.

As empresas veicularão em seus quadros de avisos, comunicados e esclarecimentos fornecidos pelo Sindicato Profissional, devendo ditos comunicados e esclarecimentos serem aprovados, previamente, pela direção da empresa e veiculados em até 48 (quarenta e oito) horas após sua aprovação.

28. RESCISÕES – PAGAMENTO.

O pagamento das verbas rescisórias, deverá ser efetuado dentro dos prazos legais, sob pena de multa de um salário base do empregado.

29. SALÁRIOS – PAGAMENTOS.

O pagamento dos salários, quando ocorrer do 5º (quinto) dia útil recair em dia sem expediente bancário e o pagamento for em cheque, deverá ser antecipado para o dia imediatamente anterior com expediente bancário e possibilitando o desconto do cheque pelo empregado, salvo depósito em conta corrente bancária.

30. GESTANTE – GARANTIA DE EMPREGO.

Fica garantida a estabilidade provisória à empregada gestante desde a concepção até 30 (trinta) dias após o término do afastamento compulsório.

31. LICENÇA - ADOÇÃO.

A empregada que adotar criança entre 0 (zero) e 06(seis) meses de idade, será concedido 90 (noventa) dias de licença, remunerada na forma da lei.

32. ALIMENTAÇÃO.

Alimentação fornecida pelas empresas a seus empregados, gratuitamente ou subsidiada, não corresponde a salário ou remuneração do empregado para quaisquer efeitos, não constituindo base de incidência de contribuição previdenciária, ou do FGTS, e nem se configurando como rendimento tributável do empregado.

33. ABONO DE FALTAS – INTERNAÇÃO HOSPITALAR.

Durante a vigência da presente convenção, as empresas deverão considerar falta justificada exclusivamente para fins da remuneração do repouso semanal e cálculo de férias, a ausência de até 01 (um) dia por semestre, de suas empregadas, em caso de internação hospitalar de filho seu de até 04 (quatro) anos de idade, sem que haja obrigação de pagamento pela empresa das horas não laboradas, comprovando, o fato em até 48 (quarenta e oito) horas, através de documento emitido pelo hospital.

34. FRACIONAMENTO DE FÉRIAS.

As férias dos empregados, a critério do empregador, poderão ser fracionadas em dois períodos de (15) quinze dias cada.

35. BANCO DE HORAS – COMPENSAÇÃO – JORNADA DE TRABALHO.

Ratificados os horários adotados pelas empresas como de duração normal de trabalho, as empresas poderão adotar a compensação extraordinária da jornada de trabalho, de modo que poderá ser dispensado o acréscimo de salário se o excesso ou diminuição de horas em um dia forem compensados pela correspondente diminuição ou acréscimo em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo determinado pela legislação em vigor, a soma das jornadas semanais de trabalho previstas, assegurando o repouso semanal remunerado, ressalvadas as hipóteses do artigo 61 da CLT.

35.1. A compensação realizada nestes termos não acarretará qualquer modificação no salário base mensal do empregado.

35.2. Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da eventual jornada extraordinária, o empregado fará jus ao pagamento das horas suplementares não compensadas, calculadas

com o adicional de lei e na forma do parágrafo 3º, do art. 59 da CLT, com redação adotada pelo art. 6º, da Lei 9601/98.

35.3. No caso de rescisão do contrato de trabalho por iniciativa do empregado, serão descontados do mesmo os dias não trabalhados e eventualmente pagos pela empresa.

35.4. Para efeitos da compensação extraordinária nesta cláusula acordada, não poderão os empregados laborar mais de 02 (duas) horas diárias além da jornada normal de trabalho, ou mais de 10 (dez) horas de trabalho diárias, assegurando-se, em qualquer hipótese, o repouso semanal remunerado, ressalvadas as hipóteses do art. 61 da CLT.

35.5. Para a implantação da compensação da jornada de trabalho, nos termos desta cláusula, as empresas deverão implementar o registro de horário de seus empregados, quer de forma manual, mecânica ou eletrônica.

35.6. A hora suplementar não compensada, ingressará na folha de pagamento do mês onde ocorrer o término do prazo de compensação, com o adicional legal.

35.7. As horas eventualmente dispensadas para posterior compensação, se não compensadas no prazo máximo previsto na legislação, não serão objeto de compensação futura, não havendo que se falar em desconto de tais horas para qualquer efeito.

35.8. Na hipótese de demissão por iniciativa da empresa, não haverá quaisquer descontos do empregado de eventuais horas pagas e não compensadas.

35.9. Para o trabalho extra de compensação eventualmente realizados nos feriados, deverão as empresas proceder a compensação na proporção de 01(uma) hora de trabalho por 02 (duas) hora de descanso.

35.10. A presente compensação extraordinária da jornada de trabalho não acarretará prejuízos aos empregados no décimo terceiro salário, férias e repousos semanais remunerados.

36 . ADICIONAL DE QUEBRA DE CAIXA.

Aos empregados que exerçam a função de caixa, é devido um adicional mensal de 10% (dez por cento) sobre o salário base contratual.

36.1 . Em face da concessão do presente adicional é autorizado o desconto do empregado de diferenças de caixa, se comprovado que o mesmo deu causa à diferença.

37 . CURSOS E REUNIÕES.

A realização de cursos não gratuitos e reuniões de comparecimento obrigatório deverão ocorrer durante a jornada de trabalho. Caso sejam realizados fora da jornada normal de trabalho, deverão ser remunerados como trabalho extraordinário.

38 . REGISTRO DE PONTO.

As empresas ficam obrigadas a manter registro de ponto de seus empregados, podendo o mesmo ser realizado de forma eletrônica ou manual.

39. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA.

As partes se reunirão extraordinariamente no mês de maio de 2009, para avaliar a situação econômica do setor e das categorias, bem como discutir e avaliar o salário da categoria.

40. DATA BASE.

Os convenentes deliberam no sentido de manter sem qualquer alteração a data base das categorias envolvidas na presente Convenção Coletiva de trabalho que se situa em 1º de novembro.

VII – EXIGIBILIDADE DE CLÁUSULAS PREVISTAS NA PRESENTE CONVENÇÃO:

Fica convencionado que as cláusulas constantes da presente convenção só serão exigidas a partir da ciência inequívoca prevista no item IX (nono) infra.

VIII - DIVERGÊNCIAS:

Quaisquer divergências na aplicação das normas da presente Convenção deverão ser resolvidas em reunião convocada pela parte interessada, mediante prévia comunicação à parte adversa, com 10 (dez) dias de antecedência. Permanecendo a divergência quanto à aplicabilidade desta Convenção, a parte poderá recorrer à Justiça do trabalho, vedadas greves com base na presente Convenção Coletiva do Trabalho.

IX – INICIO DE CUMPRIMENTO:

01. O Sindicato Econômico obriga-se a proceder ao depósito dos termos da presente Convenção Coletiva do Trabalho no órgão Regional do Ministério do Trabalho.

02. Deste depósito o Sindicato Econômico dará inequívoca ciência ao Sindicato Profissional e fará a necessária publicidade.

X – COMINAÇÃO:

Na vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, as eventuais infrações terão cominações legais com previsão específica.

XI – FORMA:

A presente Convenção Coletiva de Trabalho, instituída com os editais e atas de Assembléias Gerais, é formalizada em 03 (três) vias de igual teor e forma e uma só finalidade.

Gramado, RS, 31 de outubro de 2008.

**SINDICATO DOS TRABALHADORES
DO COMÉCIO HOTELEIRO E
SIMILARES DE GRAMADO**
Luiz Luzimar Correa Mirapallete
CPF: 458.144.650-34
Presidente

**SINDICATO DA HOTELARIA, RESTAURANTES,
BARES E SIMILARES DA REGIÃO
DAS HORTÊNSIAS**
Julio Manuel Cardoso
CPF: 388.261.600-82
Presidente

pp. Deisi Josana Krummenauer,
OAB/RS 53.560
CPF: 652.989.690-20.

p.p. Janete Dambros ,
OAB/RS 27.041
CPF: 391.227.350-20.